



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL  
EDITAL 02/2024**

**NOME:**

**RG:**

**DATA: 24/02/2024**

**PROVABASSISTENTE SOCIAL**

1) A Cúpula do G20 é a reunião entre os chefes de Estado ou de Governo dos países membros. O termo “Cúpula” tem origem em sua definição em inglês “Summit” e refere-se ao ponto mais alto de uma montanha. Portanto, a Cúpula é o momento de ápice das mais de cem reuniões do G20, ao longo de todo um ano. No Brasil, a Cúpula de Líderes do G20 será realizada em novembro de 2024:

Sobre a Cúpula do G 20 assinale a alternativa **correta**:

- a) Será realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro e contará com a presença das lideranças dos 19 países membros, mais a União Africana e a União Europeia.
- b) Será realizada em Curitiba, nos dias 17 e 18 de novembro e contará com a presença das lideranças dos 19 países membros, mais a União Africana e a União Europeia.
- c) Será realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro e contará com a presença das lideranças dos 20 países membros, mais a União Africana e a União Europeia.
- d) Será realizada em São Paulo, nos dias 17 e 18 de novembro e contará com a presença das lideranças dos 20 países membros, mais a União Africana e a União Europeia.

2) As mudanças climáticas estão ocorrendo e já é possível notar algumas modificações que certamente relacionam-se com a ação do homem. As recentes ondas de calor é uma mostra dessas mudanças. Assim sendo, são necessárias ações urgentes para que nosso impacto no meio ambiente seja reduzido.

Analise as alternativas abaixo e marque aquela que não indica uma forma de deter o avanço das mudanças climáticas.

- a) Realizar técnicas na agricultura que evitam a emissão de carbono.
- b) Criar programas de reflorestamento, principalmente em áreas urbanas.
- c) Aumentar o uso de combustíveis fósseis.
- d) Realizar frequentemente a regulação dos carros.

3) A desoneração da folha de pagamento tem sido um tópico de intensas discussões e mudanças recentes no cenário governamental brasileiro. O debate sobre a desoneração da folha de pagamento como estratégia legislativa para redução dos encargos previdenciários ganha destaque, com raízes nos últimos 20 anos.

Sobre a desoneração da folha de pagamento é **correto** afirmar:

- a) A desoneração da folha de pagamento é um benefício fiscal que oferece à toda e qualquer empresa instalada no País a oportunidade de substituir o pagamento dos



encargos trabalhistas da folha de pagamento por uma alíquota menor sobre a receita bruta.

**b)** É um benefício fiscal que oferece as empresas de determinados setores da economia a oportunidade de substituir o pagamento dos 20% de contribuição previdenciária patronal básica da folha de pagamento por uma alíquota menor aplicada sobre a receita bruta.

**c)** É um benefício fiscal que desobriga todas as empresas de quaisquer setores a deixar de pagar os 20% de contribuição previdenciária patronal básica da folha de pagamento.

**d)** É um benefício fiscal que oferece as empresas de determinados setores da economia a oportunidade de substituir o pagamento dos 20% de contribuição previdenciária patronal básica da folha de pagamento por uma alíquota menor aplicada sobre a receita líquida.

**4)** Sob holofotes desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) agora está no centro de uma investigação da Polícia Federal que apura o uso ilegal de uma ferramenta de espionagem chamada FirstMile, o programa israelense foi comprado no fim do governo do ex-presidente Michel Temer, há poucos dias da posse de Bolsonaro, e usado até maio de 2021.

Com base na Lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI) é correto afirmar que a nomeação do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), depende da aprovação:

**a)** da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

**b)** Somente da Câmara dos Deputados.

**c)** Do Presidente da República e do Supremo Tribunal Federal.

**d)** Do Senado Federal.

**5)** O número de casos de dengue nas duas primeiras semanas de 2024 foi mais que dobro do registrado no mesmo período do ano passado, segundo dados do Ministério da Saúde. A dengue faz parte de um grupo de doenças denominadas arboviroses, que se caracterizam por serem causadas por vírus transmitidos por vetores artrópodes. No Brasil, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. São exemplos de sintomas da dengue, **exceto**:

**a)** dor abdominal (dor na barriga) intensa e contínua ou sensibilidade.

**b)** Febre vespertina, sudorese noturna e tosse seca ou produtiva por 3 semanas ou mais.

**c)** vômitos persistentes.

**d)** sangramento de mucosa.

**6)** Na trajetória de construção da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, o modelo de Estratégia de Saúde da Família (ESF) é considerado prioritário para a consolidação e a ampliação da cobertura da APS no País, com as equipes de Saúde da Família. A APS é entendida como o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde.



A ESF é desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado dirigidas à população do território e por gestão qualificada e é conduzida por equipe multiprofissional, que assume responsabilidade sanitária local. As equipes de Saúde da família devem operacionalizar os princípios e diretrizes das APS, assinale a alternativa que contém alguns desses princípios e diretrizes respectivamente:

- a) Universalidade, Equidade, Moralidade, Regionalização e hierarquização, territorialização.
- b) Publicidade, Integralidade, Resolutividade e cuidado centrado na pessoa.
- c) Impessoalidade, Universalidade, Equidade, População adscrita, Coordenação do Cuidado
- d) Universalidade, Equidade, Integralidade, Longitudinalidade do cuidado, Ordenação da rede e Participação da Comunidade

7) Saúde é um direito universal garantido pela Constituição Federal de 1988, a Constituição é bem clara e diz que “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Isso quer dizer que todos têm direito a tratamentos adequados, fornecidos pelo poder público. Na prática, ao criar esse direito, a Carta Magna criou também um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Para deixar claras a regras que norteiam o SUS, o poder público criou a “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”. Esse documento traz os princípios básicos que asseguram aos brasileiros o acesso ao atendimento. São princípios da Carta em epígrafe, **exceto**:

- a) Todo cidadão tem direito a atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais
- b) Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação
- c) Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos
- d) Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça de forma adequada

8) Em relação a Portaria nº 2979/2019 que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, sobre o cálculo do incentivo financeiro do pagamento por capitação ponderada, é **incorreto** afirmar:

- a) Deverá ser considerada a população cadastrada na equipe de Saúde da Família (eSF) e equipe de Atenção Primária (eAP) no sistema de informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB)
- b) Deverá ser considerada a vulnerabilidade socioeconômica da população cadastrada na eSF e na eAP.
- c) Deverá considerar os resultados alcançados no conjunto de indicadores monitorados e avaliados no trabalho das equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária (eSF/eAP)
- d) Deverá considerar a classificação Geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



9) De acordo com o art. 198 Constituição Federal “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – participação da comunidade.”

A Lei nº. 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recurso financeiro na área da saúde e dá outras providências. À luz da legislação em epígrafe no que se refere ao Conselho Municipal de Saúde é **incorreto** afirmar:

- a) é órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais da saúde e usuários.
- b) atua na formulação de estratégia e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.
- c) O conselho de saúde, no âmbito de atuação em qualquer esfera tem caráter meramente consultivo.
- d) As decisões do Conselho da Saúde serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

10) A Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários.

São propósito da Política Nacional de Humanização **exceto**:

- a) Aprimorar, ofertar e divulgar estratégias e metodologias de apoio a mudanças sustentáveis dos modelos de atenção e de gestão.
- b) Indissociabilidade entre atenção e gestão, a transversalidade, o protagonismo, a corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivo.
- c) Implementar processos de acompanhamento e avaliação, ressaltando saberes gerados no SUS e experiências coletivas bem sucedidas.
- d) Desenvolver tecnologias relacionais e de compartilhamento das práticas de gestão e de atenção.

11) De acordo com o Art. 17 do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003 “À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). No entanto, de acordo com o Parágrafo único. Não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, esta será feita por, **exceto**:

- a) pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- b) pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil.
- c) pelo curador, quando a pessoa idosa for interdita.



d) pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta o Ministério público ou familiar.

12) Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Preencha as lacunas de acordo com o disposto no artigo em epígrafe.

- a) agressão, exploração, violência, abuso e crueldade.
- b) discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- c) ameaça, violência, exploração, agressão e discriminação.
- d) crueldade, opressão, ameaça, agressão e exploração.

13) A Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 “Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.”

De acordo com a legislação em epígrafe são diretrizes da Assistência Social, **exceto**:

- a) financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- c) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- d) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

14) Em conformidade com a Resolução CNAS nº 33/2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) são princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS, exceto:

- a) defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;
- b) oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- c) acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos;
- d) equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

15) De acordo com a Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993 que “Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências” acerca do Art. 5º é correto afirmar que constituem atribuições privativas do Assistente Social:



- a) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- b) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- c) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- d) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

**16)** De acordo com o Art. 8º de Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a) aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- b) zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais de Ética Profissional;
- c) prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social
- d) organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.

**17)** Como uma das medidas relativas à Política Nacional para a População em Situação de Rua Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, adotadas desde o início de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania divulgou o Relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistema do Governo Federal”. O documento traz informações referentes à população em situação de rua do país a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas nacionais.

De acordo com a legislação supracitada, são diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- a) respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência;
- b) valorização e respeito à vida e à cidadania e atendimento humanizado e universalizado;
- c) respeito à dignidade da pessoa humana e direito à convivência familiar e comunitária;
- d) articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

**18)** Sobre a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com ênfase no Artigo 84 “A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas”. Sobre essa afirmativa assinale a alternativa correta:

- a) Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.



- b)** Não é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- c)** A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o maior tempo possível.
- d)** Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme sua própria vontade.

**19)** O sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) constitui-se de uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizadas(os) pela prática de ato infracional.

Em relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, analise as afirmativas a seguir:

**I** - O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial.

**II** – Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário: formação de nível superior compatível com a natureza da função; comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, quatro anos; e, reputação ilibada.

Assinale a alternativa correta:

- a)** Ambas as afirmativas são falsas.
- b)** Ambas as afirmativas são verdadeiras.
- c)** A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda é falsa.
- d)** A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.

**20)** São valores Éticos que sustentam os princípios fundamentais presentes no Código de Ética do Assistente Social:

- a)** Liberdade, democracia, neutralidade, cidadania e justiça social.
- b)** Liberdade, democracia. Cidadania, equidade e justiça social.
- c)** Neutralidade, autonomia, justiça e igualdade social.
- d)** Cidadania, autonomia, equidade e justiça social.